



SUS recebe hoje no Senado homenagem por seus 21 anos



Diversos grupos se reúnem na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em 1986: encontro foi embrião do SUS e do capítulo da saúde na Constituição

Sessão especial vai lembrar a formação de um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado há exatos 21 anos para garantir a universalidade no atendimento à população. Antes, apenas os segurados da Previdência tinham direito à assistência médica pública. O sistema foi traçado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, por representantes de toda a sociedade. Apesar do sonho inicial, continua com problemas de financiamento, o que está em debate no Congresso por meio da regulamentação da Emenda 29. **2**

Assunto de Estado
O Rio Grande do Sul e o Desafio do Crescimento

Debate ao vivo com os senadores:
Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB)
19 de setembro, segunda-feira, às 21h30 na TV Senado e Rádio Senado

Envie suas perguntas:
0800 61 2211
www.senado.gov.br/alosenado
Twitter: @tvsenado

Assunto de Estado
www.senado.gov.br/tv
tvsenado

Tabela do Simples pode ser corrigida em até 50% **4**

Audiências analisam hoje sistema de cotas **3**

Secretário da UIT discute banda larga com Sarney **3**



Entre autoridades locais e outros senadores, Casildo Maldaner (*de pé*) disse que o código tem grande impacto na economia

Código Florestal deve ser votado nesta quarta-feira

Audiência pública sobre o projeto de lei que será analisado pela CCJ reuniu aproximadamente 2 mil pessoas em Chapecó (SC), incluindo produtores,

líderes rurais e representantes de cooperativas. Aloysio Nunes ressaltou que os senadores estavam ali para ouvir e levar em conta na hora de decidir. **3**

MP que zera alíquota para tablets aguarda votação **4**

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo e seus problemas de financiamento e de gestão estão na ordem do dia

Senado celebra hoje os 21 anos do SUS

O SENADO CELEBRA, no início da sessão de hoje, o 21º aniversário de criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Requerimento com esse objetivo foi apresentado por Paulo Davim (PV-RN).

O SUS foi criado pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, com o objetivo de propiciar o acesso aos serviços de saúde a toda a população brasileira. Antes, lembrou o senador, a assistência médica ficava restrita aos segurados da Previdência.

Hoje, fazem parte do SUS centros e postos de saúde, hospitais – incluindo os universitários –, laboratórios, hemocentros, serviços de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa. Esse conjunto, ressalta Davim, é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo.

As raízes do SUS foram fincadas nos anos 1970, quando a chamada reforma sanitária envolveu profissionais, universidades e movimentos sindicais na mudança da separação vigente na saúde: quem não tivesse dinheiro e não fosse segurado, dependia das instituições de caridade ou da ajuda de terceiros.

– O objetivo central da reforma era eliminar isso e criar um sistema que fosse universal – afirma Solon Vianna, especialista em Saúde Pública que participou da Comissão Nacional da Reforma Sanitária.

O desenho do sistema atual foi traçado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, a primeira do regime democrático. Com a participação de mais

de 5 mil representantes, foram estabelecidas ali as diretrizes do que seria um sistema único de saúde: universalidade, integralidade, descentralização e direção única do sistema de saúde pública em cada nível de governo, explica Solon Vianna.

As diretrizes da conferência orientaram a redação do capítulo da saúde na Constituição de 1988. Dois anos mais tarde, o SUS foi posto em funcionamento.

Após mais de duas décadas, o balanço positivo da construção de um sistema público, de cobertura universal, é indiscutível, avalia o consultor legislativo do Senado Luiz Carlos Romero. Entre os avanços, ele aponta o controle das doenças em geral – a poliomielite, o sarampo e a rubéola foram eliminados –, o programa de controle da Aids e de transplante de órgãos, além das diálises e de procedimentos de alta complexidade nas áreas cardíaca e oncológica.

O desafio atual está em fazer frente a uma demanda que não para de crescer, com orçamento apertado e problemas de gestão. De acordo com Romero, a grande questão na regulamentação da Emenda 29 é a ampliação das contribuições da União.

– O que está acontecendo é que a União tem retraído sua participação no financiamento do SUS. Na formação do SUS, na década de 90, a União contribuía com 75%, 80% de todos os recursos que o faziam girar. Hoje, contribui com menos de 50%. A grande maioria dos recursos do SUS vem de estados e municípios.

Especialistas afirmam ser indiscutível que o balanço da construção do sistema é positivo

Paim defende regulamentação da Emenda 29



Luiz Alves/Senado Federal

Paulo Paim (PT-RS) voltou a pedir, em pronunciamento na sexta-feira, a regulamentação da Emenda 29. O senador lembrou que a medida já foi aprovada no Senado, em 2008, mas aguarda votação na

Câmara. Paim ressaltou que o presidente daquela Casa, o deputado Marco Maia (PT-RS), anunciou que o assunto será colocado em votação no próximo dia 28.

Um dos principais objetivos da Emenda 29 é assegurar um fluxo mínimo de recursos para a saúde, obrigando a União, os estados e os municípios a comprometerem uma parcela do que arrecada com a área.

Crivella aplaude revista por matéria sobre alcoolismo



Genardo/Mangela/Senado Federal

Marcelo Crivella (PRB-RJ) enalteceu, em Plenário, na sexta-feira, a coragem da revista *Época* ao publicar a matéria "O doutor e o álcool", que aborda o alcoolismo no Brasil, a partir da situação do ex-jogador

de futebol e médico Sócrates. O senador observou que os meios de comunicação, em geral, não gostam de tratar do assunto, uma vez que os fabricantes de bebidas são seus maiores anunciantes.

Crivella ressaltou que o alcoolismo causa "uma devastadora tragédia" – expressão da revista – nas famílias brasileiras, bem como prejuízo à nação. Ele criticou a venda de bebidas em postos de gasolina.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Igreja Presbiteriana

11h Os senadores comemoram os 150 anos da primeira Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro e os 152 anos da Igreja Presbiteriana do Brasil. Na hora do expediente, sessão lembra os 21 anos do SUS. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

Previdência Cotas

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social promove audiência pública sobre cotas para negros e pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entre os convidados, o diretor executivo da Educação e Cidadania para Afrodescendentes, frei David Santos.

CDH Universidades

15h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para avaliar os dez anos do sistema de cotas nas universidades públicas. Foi convidada a secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir, Anhamona Silva de Brito, entre outros.

CRE Panorama energético

18h O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, é um dos convidados do debate "Panorama energético internacional", promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Terça-feira

Plenário Economista

14h O início da sessão será destinada a homenagear o Dia do Economista.

CAE Correção do Simples

9h30 Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que corrige a tabela do Simples em até 50%, entre outros.

CAE/CAS Combate à fome

10h30 As comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais ouvem a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sobre o projeto de erradicação da pobreza absoluta.

CRA Pescador profissional

12h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que equipara a pesca à atividade agropecuária e dispõe sobre as atividades industrial e artesanal do setor.

CDR Política urbana

14h Entre os itens da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estabelece as diretrizes gerais da política urbana.

Copa do Mundo

14h A Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, que integra a CDR, se reúne para planejamento dos trabalhos para o biênio 2011-2012.

Quarta-feira

CCT Código de barras

9h Na pauta, projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras nos pagamentos realizados pela União, estados e Distrito Federal. Em seguida, a comissão examina permissões de radiodifusão.

CCJ Código Florestal

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderá votar o projeto que trata do novo Código Florestal. Além disso, examina duas indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público e sabatina Haman Tabosa de Moraes e Córdova para o cargo de defensor público-geral federal.

Quinta-feira

Plenário Belas Artes

14h Sessão em comemoração aos 86 anos de fundação do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Amazônia Violência no campo

8h30 Audiência pública conjunta das subcomissões permanentes da Amazônia e da Faixa de Fronteira sobre as mortes de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia.

CAS Cruz Vermelha

9h Denúncias sobre terceirizações da Cruz Vermelha são tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais.

CI Usina termonuclear

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que suspende, pelo prazo de 30 anos, a construção de novas usinas termonucleares.

CCT Centro-Oeste

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia realiza seminário sobre estratégias para o desenvolvimento regional do Centro-Oeste. Entre os convidados, está o diretor de Inovação da Fundação Certi, José Eduardo Azevedo Fiates.

CPI do Ecad Músicos do Rio

10h30 Comissão que investiga a atuação do Ecad ouve, entre outros, a presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, Déborah Cheyney.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser

acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • João Durval

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Dez anos do sistema de cotas em universidades

Os dez anos de implantação do sistema de cotas raciais nos vestibulares das universidades públicas serão avaliados hoje, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A iniciativa é do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

O sistema de cotas foi implantado originalmente nas instituições estaduais do Rio de Janeiro em 2001. Entre as federais, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira. Hoje, mais de 51% das universidades estaduais e 42% das federais já implantaram medidas semelhantes.

Comissão debate cotas no mercado de trabalho

Cotas para negros e pessoas com deficiência no mercado de trabalho é o tema de hoje de audiência na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. O debate integra o ciclo A Defesa do Emprego e da Previdência Social, proposto pelo presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados representantes dos empresários e de entidades que defendem a inclusão de negros e portadores de deficiência no mercado de trabalho.

Direito à moradia para pessoas com deficiência

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve analisar amanhã projeto de lei (PLS 78/11) que garante o direito a moradia a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De autoria de Ângela Portela (PT-RR), a proposta modifica a Lei 7.853/89, que trata dos direitos das pessoas com deficiência. Prevê, também, que sejam reservadas a esse grupo 3% das unidades integrantes de programas habitacionais de interesse social, preferencialmente no térreo.

Projeto deve ser votado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça; relator reafirma que crê no consenso



Produtores, líderes rurais, representantes de cooperativas e autoridades locais participaram da audiência pública, que foi a maior da sequência realizada pelo Senado

Código Florestal reúne 2 mil pessoas em Santa Catarina

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar nesta quarta-feira, dia 21, "o mais importante projeto em tramitação no Congresso Nacional", nas palavras que Luiz Henrique (PMDB-SC) usou na audiência pública sobre a reforma do Código Florestal (PLC 30/11), realizada em Chapecó (SC) na sexta-feira.

Com a participação de aproximadamente 2 mil pessoas, a audiência pública de Chapecó foi a maior na sequência iniciada pelo Senado em junho e que incluiu os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia. Participaram produtores, líderes rurais, representantes de cooperativas e autoridades locais. Presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO), a reunião foi uma realização conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Meio Ambiente (CMA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

Luiz Henrique, que é relator do Código Florestal na CCJ, na CCT e na CRA, reafirmou que confia no consenso para a votação do novo Código Florestal.

– Após a aprovação na CCJ, vamos verificar pontos polêmicos que ainda existam e procurar fazer uma sintonia fina para, por meio da criatividade legislativa, apurar uma forma de consenso – anunciou.

O senador ressaltou que o agronegócio representa 40% das exportações nacionais e vem garantindo a solidez econômica que o Brasil apresenta no atual cenário de crise econômica mundial.

– Precisamos garantir nessa lei a oportunidade de cumprir a missão de aumentar nossa produção de alimentos. Não há país com vocação tão definida para alimentar o mundo, com terra, água, floresta, sol, recursos naturais, capacidade criativa e a tecnologia da nossa Embrapa – argumentou.

Jorge Viana (PT-AC), relator do Código Florestal na CMA, ressaltou que o governo está preocupado com a situação da pequena produção.

– A presidente Dilma Rousseff tem me falado que precisamos dar um tratamento diferenciado para a produção familiar.

O parlamentar acrescentou que não se pode ver a preocupação ambiental como uma imposição dos países desenvolvidos.

– O mundo inteiro hoje discute mudanças climáticas e o próprio estado onde estamos agora sofreu bastante com as chuvas. Sabemos que não há nada mais

próximo que produtor e meio ambiente, mas qualquer país precisa criar limites.

Viana e Luiz Henrique concordam que a atual legislação permitiu que a produção nacional dobrasse nos últimos 30 anos, mas alertam que ela acabou criando um passivo ambiental.

– Vamos colocar em disposições transitórias os itens da lei que vão tratar de passivo ambiental e, nas disposições permanentes, regras para o futuro que impeçam a reprodução de erros – disse Viana.

O deputado federal Celso Maldaner (PMDB-SC), vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, enfatizou a importância da preocupação ecológica e demonstrou otimismo.

– Queremos um Código Florestal que traga desenvolvimento sustentável. Além da justiça social, tem que ter viabilidade econômica, pois temos floresta em 60% do território. Nenhum país do mundo terá uma legislação tão avançada.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), irmão de Celso, e Reditario Cassol (PP-RO), também participaram do encontro.

"Este é o mais importante projeto em tramitação no Congresso", disse Luiz Henrique

Produtores rurais dão suas opiniões aos senadores

Representantes de entidades de classe de Santa Catarina deram suas opiniões. Como disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), os senadores estavam ali para escutar e levar em conta na hora de decidir.

– Queremos um instrumento legal que não deixe o agricultor na mão do fiscal ou do promotor público – afirmou.

Falaram na audiência o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, José Carlos Paiva Filho, o representante do Sindicato das Indústrias de Cerâmica, Silvio Valcarenghi; o vice-presidente Federação dos Trabalhadores da Agricultura, João Althoff; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária, José Zeferino Pedrozo; o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, Alexandre Bergamin; e o presidente da Cooperativa Aurora, Mário Lanznaster, entre outros.

O presidente da Associação das Cooperativas, Marcos Zordan, alertou que uma lei não vai resolver o problema.

– Se dependesse da lei, a corrupção não existiria mais.

Também enviaram perguntas – por e-mail, telefone e Twitter – telespectadores de todo o país que assistiram à audiência pela TV Senado.

Órgão de telecomunicações da ONU visita Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu sexta-feira a visita do secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT) da Organização das Nações Unidas (ONU), Hamadoun Touré. Eles conversaram sobre tecnologias de comunicação, inclusão digital e política nacional de banda larga.

Sarney reconheceu que o preço da banda larga ainda é alto no Brasil e impede a democratização da internet. Ele ressaltou, porém, que o governo já está trabalhando no tema. Sarney ainda disse que o Brasil vê de forma muito positiva o trabalho de Touré à frente da UIT.

Touré ressaltou a importância

do Poder Legislativo em relação às tecnologias, já que as indústrias dependem das leis que regulam o setor. Para ele, a integração entre governo, iniciativa privada e universidades ajuda a

promover a tecnologia no país. O dirigente ainda elogiou o empenho do Brasil na promoção do desenvolvimento tecnológico.

– O Brasil sonha e sonha grande – declarou o secretário-geral.



Hamadoun Touré conversou com Sarney sobre inclusão digital e banda larga

Lideranças pedem reconhecimento oficial para música evangélica

Representantes dos evangélicos pediram ao presidente do Senado, José Sarney, na sexta-feira, apoio na tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/09, que prevê o reconhecimento da música evangélica e dos eventos a ela relacionados como manifestação cultural. Se a proposta for aprovada, os eventos poderiam ter amparo nos programas oficiais de apoio à cultura, como a Lei Rouanet.

O projeto, de autoria do então deputado Rodovalho, já foi aprovado na Câmara e tramita agora no Senado. Sarney manifestou apoio às demandas

e prometeu agilidade na tramitação da matéria.

– A música evangélica faz parte da música popular brasileira – afirmou.

Segundo Wilton Acosta, presidente do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenasp), a aprovação da proposta é um anseio da comunidade e dos artistas evangélicos do Brasil. Já o deputado estadual por Sergipe e presidente da Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil, Antônio dos Santos, lembrou que os evangélicos somam cerca de 40 milhões de brasileiros.

Projeto obriga código de barra no setor público

O pagamento da maior parte das despesas públicas pode passar a ser feito por documento que inclua obrigatoriamente códigos de barras. Como previsto em projeto na pauta de quarta-feira da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a exigência valerá para despesas com a manutenção da máquina administrativa e a prestação de serviços contínuos (os chamados gastos correntes) e para investimentos (despesas de capital, a exemplo da construção de um hospital).

O projeto de lei complementar (PLS 375/11) é de Blairo Maggi (PR-MT), para quem a padronização facilitará o trabalho de fiscalização dos órgãos de controle interno e externo, bem como dos órgãos de repressão. Pelo texto, os códigos de barra deverão conter, no mínimo, o valor do pagamento e se ele será feito à vista ou parcelado, além dos números de inscrição no cadastro nacional de pessoas físicas ou jurídicas da entidade da administração pública responsável pelo pagamento e do receptor dos valores.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), apresentou emenda para estender a medida aos documentos de pagamentos de terceiros em favor do poder público.

Governo quer correção de até 50% nos limites de receita anual para enquadramento de empresas no Simples, mas estados propõem 25% para não perderem arrecadação



Secretários da Fazenda de vários estados pedem ao presidente do Senado, José Sarney (C), revisão do projeto em exame na CAE

Comissão deve votar amanhã correção na tabela do Simples

A TABELA DO sistema simplificado de recolhimento de tributos e contribuições federais, conhecido como Simples Nacional, pode ter uma correção de até 50%. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/11, que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar amanhã, a partir das 9h30.

A proposta do Executivo visa atualizar os limites de receita bruta anual para enquadramento de empresas e do micro-empresário individual nos benefícios do Simples. Com a correção da tabela, mais empresários passariam a contribuir

com alíquota menor. O relator, José Pimentel (PT-CE), vai apresentar voto favorável.

O texto, porém, não é consenso. Na última quarta-feira, o secretário da Fazenda do Maranhão, Cláudio José Trinchão, visitou o presidente do Senado, José Sarney, para pedir a revisão do projeto. Segundo Trinchão, com a correção da proposta, a arrecadação cairá, comprometendo as finanças dos estados. Ele informou que, enquanto o governo propõe até 50%, os estados querem 25%.

O secretário declarou que todos os estados e o

Distrito Federal estão unidos na tentativa de rever o texto.

– A perda de arrecadação pode chegar a R\$ 1,1 bilhão por ano para os estados – afirmou.

A CAE também deve votar o projeto que garante acréscimo ao salário do aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) que permanecer em atividade.

Pela proposta (PLS 214/07), de Paulo Paim (PT-RS), o incentivo financeiro seria equivalente a um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, por ano de contribuição adicional.

MP dos tablets tranca a pauta dessa semana

Deve ser votada nesta semana a medida que amplia o programa de inclusão digital para englobar os tablets produzidos no país. A proposição diminui para zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda de varejo dos produtos, o que deve reduzir em 31% o preço final ao consumidor.

A MP 534/11, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 23/11), tranca a pauta do Plenário. Para serem incluídos no programa, os tablets precisam ser fabricados conforme o “processo produtivo básico”: o conjunto mínimo de operações, na fábrica, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto com o máximo de valor agregado nacional.

O PLV 23/11 aumentou em um ponto percentual o crédito da Cofins não cumulativa, que poderá ser obtido na compra desses aparelhos se produzidos na Zona Franca de Manaus. A medida ainda propõe a prorrogação, até janeiro de 2017, da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante no caso de mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto nas regiões Norte ou Nordeste.

João Durval pede obras de infraestrutura para Feira de Santana

João Durval (PDT-BA) fez um apelo, na sexta-feira, pela realização de duas obras de infraestrutura em Feira de Santana (BA): a ampliação da pista do aeroporto da cidade, com 1,5 mil metros de extensão e 30 metros de largura, e a duplicação das pistas do anel rodoviário local, que tem 20 quilômetros e suporta um tráfego diário de 20 mil veículos.

A área do aeroporto de Feira de Santana – a 100 quilômetros de Salvador – tem espaço para uma pista de 2,2 mil metros de extensão com 40 metros de largura. A proximidade com a capital baiana, que o transformaria numa alternativa ao aeroporto de Salvador, justificaria a obra.

O senador também considerou indispensável a duplicação das pistas do anel rodoviário, construído no final da década de 1960. Trata-se de um entroncamento rodoviário importante no tráfego entre as regiões Sul e Nordeste do país e, nas condições em que se encontra, gera constantes engarrafamentos e oferece riscos à segurança de motoristas e pedestres.



Uma das obras necessárias é a ampliação do aeroporto da cidade, assinala o senador



Resultados do Enem apontam caminho da federalização como solução, defende senador

Cristovam: educação exige empenho similar ao dedicado à Copa

Enquanto se comemoram os mil dias que faltam para a Copa do Mundo de 2014, o governo federal não se mobiliza para resolver o problema da educação, apontou Cristovam Buarque (PDT-DF). A capacidade de mobilização do país para angariar recursos para construir estádios e reformar aeroportos para o megaevento contrasta com a falta de ímpeto para investir em educação.

– Se a gente investisse isso em educação, não seria uma festinha passageira de três semanas para mostrar ao mundo, seria uma festa permanente de um país com competência, com preparo, com redução de desigualdades, com construção de uma economia do conhecimento – ressaltou.

O parlamentar considerou “trágicos” os indicadores de qualidade de ensino revelados pelos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

– Das 100 melhores escolas do país, 13 são públicas. É pouco, muito pouco, mas o que é interessante dessas 13, é que 12 são federais. Está aí a solução. A solução está na federalização da educação.

Requião: país gasta em juros o que deveria investir em crescimento

Ao comentar a mobilização de feitos a Brasília, realizada na semana passada, em defesa da regulamentação da Emenda 29, para garantir destinação de recursos à área da saúde, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a manifestação não levará a nada.

– Como se a regulamentação da Emenda 29 fosse a panaceia universal para resolver os problemas da saúde. Certamente não é por aí. Estamos tomando a rama pela floresta – afirmou.

Na opinião do senador, o problema básico dos investimentos do Brasil hoje, em saúde e outras áreas importantes nos municípios, nos estados e na União está na “rigorosa e absoluta falta de recursos”. Isso acontece, segundo ele, porque, embora haja uma arrecadação pesada, que vai a até 35% do produto interno bruto (PIB), a maioria dessa verba é destinada ao pagamento dos juros da dívida interna e da dívida externa.

– Esses juros chegam a R\$ 260 bilhões. A raiz do problema está no modelo econômico que privilegia rentista, banqueiro e o capital em detrimento do crescimento econômico – disse.



Arrecadação é pesada, mas recursos vão para financiamento de dívidas, afirma Requião



Para o senador, obras em porto e pesquisas petrolíferas estão entre as prioridades

Wilson Santiago presta conta de ações em favor da Paraíba

Wilson Santiago (PMDB-PB) registrou, na sexta-feira, o resultado de tratativas de que tomou parte junto ao governo federal, na semana passada, para viabilizar ações em favor do estado e de municípios paraibanos. Ele citou a garantia recebida do ministro-chefe da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino, de que as obras de dragagem do Porto de Cabedelo serão retomadas e concluídas ainda este ano.

Integrado à comitiva de parlamentares e 28 prefeitos, o senador também participou de audiência com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro. Um dos objetivos foi reivindicar a liberação de restos a pagar, tanto de emendas parlamentares quanto de despesas programadas pelo próprio ministério.

O parlamentar destacou audiências com diretores da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo. A intenção foi cobrar a continuidade das pesquisas em busca de petróleo em bacias do litoral paraibano consideradas com potencial produtivo. O senador lembrou ainda a marcha de prefeitos na semana passada a Brasília, que contou com governantes paraibanos.